



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

**DO ECA AO JORNALISMO:
O ADOLESCENTE NA EDITORIA POLICIAL**

LUCIANO LEITE DA SILVA

CAMPINA GRANDE

2013

**DO ECA AO JORNALISMO:
O ADOLESCENTE NA EDITORIA POLICIAL**

LUCIANO LEITE DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo – da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Ms. Manassés Morais Xavier

CAMPINA GRANDE – PB

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

S586e Silva, Luciano Leite da.

Do ECA ao jornalismo: o adolescente na editoria
policial./Luciano Leite da Silva. – 2013.
28 f.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro
de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

“Orientação: Prof. Ms. Manassés Morais Xavier,
Departamento de Comunicação Social”.

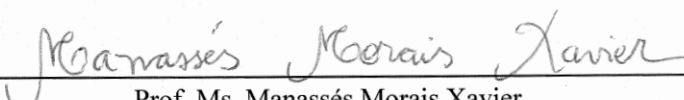
1. Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. Mídia. 3.
Jornalismo. I. Título.

21. ed. CDD 070.4

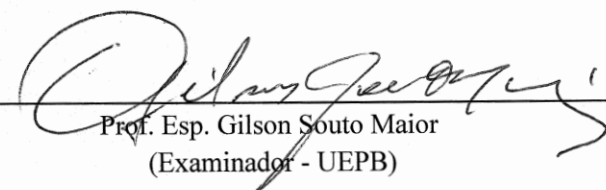
**DO ECA AO JORNALISMO:
O ADOLESCENTE NA EDITORIA POLICIAL**

LUCIANO LEITE DA SILVA

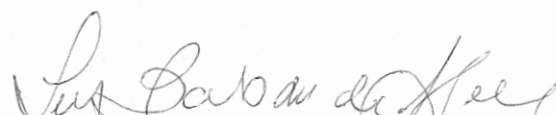
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Manassés Morais Xavier
(Orientador - UFCG) NOTA: 9,0



Prof. Esp. Gilson Souto Maior
(Examinador - UEPB) NOTA: 9,0



Prof. Esp. Luiz Barbosa Aguiar
(Examinador - UEPB) NOTA: 9,0

Trabalho aprovado em: 27 de agosto de 2013

Média: 9,0

CAMPINA GRANDE – PB

2013

A Deus, que, com calma e serenidade, descreve, orienta
acalma, e abre o caminho que nós devemos seguir na
hora, data e momento certo. Isso é o importante.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o princípio de tudo.

Aos meus pais, Antonio Raimundo aonde quer que esteja estará orando por mim e Alzira Leite pela paciência, atenção carinho e cuidado por todos estes anos.

A minha irmã Luciene Leite que me acompanha e me orienta em todas as minhas decisões desde os meus primeiros passos até o presente momento.

A minha namorada Pollianny Alves, meu anjo na terra que me ilumina com suas palavras de carinho, incentivo, cuidado e companheirismo, principalmente diante dos momentos em que a coragem e paciência estiveram se esgotando.

Aos meus tios: José Vicente e Julia Leite com suas bênçãos e orações diárias, bem como a toda a minha família sempre unida pelo mesmo objetivo: a união.

A meu orientador Manassés Morais Xavier, pelo convite e energia positiva, sempre motivando e levantando a autoestima de todos os que o rodeiam, será sempre uma pessoa fundamental na carreira de todo bom profissional. Eternamente grato!

Aos professores da minha banca, Gilson Souto Maior e Luiz Barbosa Aguiar, por somarem ao engrandecimento do presente trabalho, bem como a contribuir com suas experiências acadêmicas, além dos profissionais que passaram seus conhecimentos durante o ensino médio fundamental e dos cursinhos em geral.

A minha grande equipe formada por Pollianny, Silvio, Janiele e Andréia que durante quase todo o curso estivemos juntos durante as produções, trabalhos e provas acompanhados de brigas, risos, impaciências, mas, acima de tudo, amizade.

A todos os companheiros da mega turma 2007.2 do curso de Comunicação Social da UEPB: não apenas por ser a maior, mas pela força de vontade e união em conviver sempre juntos diante dos problemas enfrentados. Aos casais, Andrea e Gilbran, Janiele e Roberto e amigos (as) Silvio, Luziane, Lidiane, Erick e Aristelson, pelos momentos de piadas e debates sempre com bom humor.

Aos professores exemplares: Cléa Gurjão, Iolanda Barbosa, Arão de Azevedo, Gilson Souto Maior, Fátima Luna, Jaldete Soares, Adriana Alves, Luiz Barbosa Aguiar, Leonardo Alves e Orlando Ângelo.

Aos amigos (as) do trabalho Edneide Queiroz, Rostand Melo, Magnus Menezes e Thalyne Menezes, pela atenção e contribuição durante a fase inicial na construção do trabalho.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram durante toda a minha carreira de estudante e profissional. Agradeço não apenas por ter passado esses momentos, mas pelos laços de amizade que sempre continuarão ao longo da vida.

A todos, não um adeus, mas um até breve!

Podemos acreditar que tudo que a vida nos oferecerá no futuro é repetir o que fizemos ontem e hoje. Mas, se prestarmos atenção, vamos nos dar conta de que nenhum dia é igual a outro.

Cada manhã traz uma benção escondida; uma benção que só serve para esse dia e que não se pode guardar nem desaproveitar.

Se não usamos este milagre hoje, ele vai se perder.

Este milagre está nos detalhes do cotidiano; é preciso viver cada minuto porque ali encontramos a saída de nossas confusões, a alegria de nossos bons momentos, a pista correta para a decisão que tomaremos.

Nunca podemos deixar que cada dia pareça igual ao anterior porque todos os dias são diferentes, porque estamos em constante processo de mudança.

(PAULO COELHO)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a forma como a criança e o adolescente em conflito com a lei são tratados na mídia jornalística. Para tanto, trabalharemos os pressupostos teóricos, desde os conceitos referentes ao tema (advindos de contribuições de teóricos como Porto (2002), Traquina (2005), Orlandi (2007), dentre outros) até a determinação utilizada pela equipe jornalística para transformar a informação em notícia, bem como apresentaremos os mecanismos legais sobre a criança e o adolescente em relação ao tratamento de comunicação no campo impresso da notícia. Apresentaremos matérias veiculadas no Jornal da Paraíba, Correio da Paraíba, Revista Veja e Revista Isto É que tenham adolescentes como protagonistas de fatos criminosos. Avaliaremos como a forma editorial destes veículos se apresenta e como eles se portam diante do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Diante da análise dos dados apresentadas, percebemos que há uma interferência do texto do ECA na produção dos textos jornalísticos, embora que evidenciada de modo tímido, tornando, muitas vezes, a cobertura superficial, limitando apenas a narrar os fatos relacionados às crianças e adolescentes, e isto pode trazer alguns pontos de questionamentos, já que os critérios jornalísticos utilizados causam influência no posicionamento do leitor diante dos fatos apresentados.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Mídia. Jornalismo.

ABSTRACT

This research aims to examine how children and adolescents in conflict with the law are treated in the news media. So, we will work the theoretical, since the concepts related to the topic (arising from contributions of theorists like Porto (2002), Traquina (2005), Orlandi (2007), among others) used to determine the journalistic team to transform information in the news, as well as introduce legal mechanisms on children and adolescents in relation to the treatment of communication in the field of printed news. Present articles published in the Journal of Paraíba, Correio of Paraíba, Veja and Isto É magazine who have teenagers as protagonists of criminal acts. Evaluate how the shape of these vehicles editorial presents and how they behave on the Statute of the Child and Adolescent (ECA). Based on the analysis of the data presented, we find that there is an interference with the text of the ECA in the production of journalistic texts, although it highlighted so shy, making often surface coverage by limiting only to narrate the facts related to children and adolescents, and this may bring some points of questions, since journalistic criteria used cause influence on the positioning of the reader to the facts presented.

Keywords: Statute of Children and Adolescents. Media. Journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Das questões metodológicas.....	11
CAPÍTULO I – DAS QUESTÕES TEÓRICAS.....	14
1.1 Mídia.....	15
1.2 Das Gazetas aos Jornais.....	17
1.3 Revistas Impressas: Dois Séculos de História.....	20
1.4 Mecanismos de Defesa da Criança e do Adolescente: O Eca em Foco	21
4.1.1 Considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	22
CAPÍTULO II – A REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA MÍDIA IMPRESSA.....	25
ANÁLISE JORNALÍSTICA.....	27
1.1 Correio da Paraíba	27
1.2 Jornal da Paraíba.....	29
1.3 Análise dos jornais Correio e da Paraíba.....	31
1.4 Revista Veja.....	35
1.5 Análise de Conteúdo da Veja.....	38
1.6 Revista Isto É.....	42
1.7 Análise de Conteúdo da Isto É.....	45
CONDIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

O desejo do homem em saber o que se passa ao seu redor foi um dos motivos que contribuiu para o surgimento do jornalismo. O crescimento não apenas populacional, mas também social, estimulou a necessidade de se informar. No campo jornalístico, destacamos o jornal impresso que hoje está consolidado no mercado e, por isso, tem apresentado resultados relevantes na construção de sentidos com o objetivo de informar e levar o leitor a pensar sobre determinado tema. Outra mídia de fundamental importância que iremos analisar serão as revistas impressas, determinante no fortalecimento sociocultural de nossa sociedade.

Neste trabalho, iremos analisar o tratamento apresentado pela mídia impressa, com desdobramento em algumas edições impressas e com algumas contribuições do jornalismo online, sobre as notícias relativas à questão da criança e do adolescente em conflito com a lei.

Não podemos abstrair da atual conjectura, a função desempenhada pela mídia na qual vai além da informação, sendo esta uma formadora de opinião, tendo em suas mãos os meios de tornar o cidadão um produtor discursivo do qual através das informações passadas, podem transmitir ou “impor” ideias a partir de sua capacidade de interpretação.

De acordo com a perspectiva da análise de conteúdo, o leitor deve ser observado a partir de alguns pontos: de quem se fala, do que está falando, para que tipo de público está sendo direcionado. Segundo Orlandi (2007), a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada- determina o que pode e deve ser dito, em dado contexto sócio-histórico.

Desse modo, é necessário observar o que não se diz ou até mesmo o que é dito por traz das palavras, mediante o público a quem o texto é direcionado. No nosso dia a dia recebemos diversas informações midiáticas.

A notícia veiculada na mídia impressa é uma construção social, portanto um procedimento que não pode ser visto como linear e que há uma influência maior por parte de quem produz a notícia, que faz uso de estratégias para atrair e manter a atenção do leitor, para tal o noticiário da notícia apresenta desde a imagem até um reforço maior da ideia para atingir seu objetivo. Podemos reafirmar tal constatação pela reflexão de Porto:

Em primeiro lugar, porque não são propriamente processos de tomada por parte do expectador, do ouvinte ou do leitor, mas estratégias de condescendência por parte do locutor e são, com tais, subordinadas a uma seleção realizada pela própria midiática. Em segundo lugar, porque não se trata de procedimentos de interlocução, mas de simulacros da interlocução,

procedimentos artificiais mais ou menos sofisticados. (PORTO, 2002, p. 229)

Para Silverstone (2002, p. 18), “as instituições não produzem significados. Elas os oferecem”. Percebemos assim que o lugar ocupado pelos locutores da mídia impressa afeta a construção de sentidos e os gestos interpretativos do leitor, e que são subordinados a seleção executada pela instituição midiática.

Desse modo trabalharemos os pressupostos teóricos, desde os conceitos referentes ao tema (advindos de contribuições de teóricos como Porto (2002), Traquina (2005), Orlandi (2007), dentre outros) até a determinação utilizada pela equipe jornalística para transformar a informação em notícia, bem como apresentaremos os mecanismos legais sobre a criança e o adolescente em relação ao tratamento da comunicação no campo impresso da notícia.

Apresentaremos matérias veiculadas nos jornais Correio da Paraíba, e Jornal da Paraíba, além da Revista Veja e Revista Isto É que tenham adolescentes como protagonistas de fatos criminosos. Avaliaremos também, como a forma editorial destes veículos se apresentam e como eles se portam diante do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Destacamos como objetivo geral da pesquisa: verificar a influência do ECA na produção de textos jornalísticos. Como objetivos específicos: realizar um levantamento teórico sobre as noções de noticiabilidade, mídia e jornalismo impresso; mostrar a necessidade dos profissionais em jornalismo de se adequarem as exigências do ECA e contribuir com trabalhos acadêmicos que tematizam a produção de textos jornalísticos.

DAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

O conhecimento humano, como observa Fonseca (2002, p.10) é justamente um esforço produzido para se resolver “contradições, entre as representações do objeto e a realidade do mesmo”. Como explica ainda o autor, o homem desde quando nasce interage com a natureza e, dessa forma, com os objetos que os envolve, construindo e interpretando a partir de suas referências e contexto sociais e culturais em que vai apropriar-se dos “conhecimentos através das sensações, que os seres e os fenômenos lhe transmitem” (FONSECA, 2002, p. 10), o que resulta na criação de representações. Assim, o conhecimento, dependendo dos caminhos percorridos para tais representações, pode ser classificado como de popular (senso comum), teológico, mítico, filosófico e científico.

Nesse sentido, o senso comum surge da necessidade de se resolver problemas imediatos, considerando as ações não planejadas, sendo assim, parte do conhecimento popular de caráter instintivo, subjetivo, acrítico. Por sua vez, o conhecimento científico é um conjunto de ações que segue procedimentos de investigação de origem baseados em metodologias científicas, um conhecimento objetivo, passível de comprovação e demonstração. O método permite assim “a elaboração conceitual da realidade que se deseja verdadeira e impessoal, passível de ser submetida a testes de falseabilidade” (FONSECA, 2002, p. 11).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa em investigação se trata de estudo de caso que tem como característica justamente se debruçar sobre determinada situação específica com caráter particular buscando os aspectos típicos e essenciais, apresentando uma característica descritiva. Como o caso é uma “inquirição empírica define Yin (2001, p. 32 *apud* DUARTE; BARROS, 2010, p. 216) o estudo” que investiga fenômenos contemporâneos de um contexto da vida real, em que são utilizadas fontes múltiplas, pois tem a capacidade de lidar com a utilização de coletas e fontes que evidenciam o objeto investigado como “documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 2001 *apud* DUARTE, 2010, p. 219).

Nesse pensamento, autores como Goode e Hatt (1979, *apud* DUARTE, 2010, p. 421, 422) afirmam que se trata de um método que parte de “olhar para a realidade social” e como ressalta Stake (1994, p. 236 *apud* DUARTE, 2010, p. 216) especifica que não é somente uma escolha de metodologia, mas da escolha de um objeto a ser estudado.

Merriam (WIMMER, 1996 p. 161 *apud* DUARTE, 2010, p. 217) propõe quatro linhas características de pesquisa necessárias para o estudo que são: *Particularismo*, que se trata de um estudo é um estudo de uma situação, acontecimento tenha como centro um fenômeno particular, que possibilita uma análise mais praticas e eficaz do problema; *Descrição*, que refere a descrição detalhada do assunto em investigação; *Explicação*, quando estuda o objeto possibilita entende-lo melhor a partir de análises, obtendo novas conclusões e interpretações antes despercebidas e *Indução*, a maioria dos estudos de casos partem do “raciocínio indutivo” que mediante a uma observação de dados específicos pode surgir o consenso generalizado, como explica o autor em muitos casos, vai além da verificação de hipóteses estipuladas e busca novas relações entres elementos.

Dela tal forma, propõe conhecer de maneira mais profunda *como* e o *porquê* de uma determinada circunstância “que se supõe ser única em muitos aspectos”, buscando descobrir justamente o que há nela de mais “essencial e característico” (FONSECA, 2002, p. 33).

O fato de selecionarmos somente um objeto permite obter a seu respeito, uma grande quantidade de informações. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto, mas revelá-la tal como ele percebe, o estudo de caso apresenta deste modo, uma forte tendência descritiva. (FONSECA, 2002, p. 34)

Nesse contexto, para desenvolver essa pesquisa inicialmente fizemos um levantamento teórico do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fazendo a ligação dos atos cometidos por crianças e adolescentes e medidas tomadas pelas autoridades baseada nos artigos do estatuto, tudo isso através dos textos jornalísticos dos jornais e revistas impressas que fora analisado. Além disso, fizemos uma pesquisa aprofundada sobre a mídia e a origem dos jornais diários e bem como as revistas impressas.

O propósito da presente pesquisa tem a finalidade de verificar o que o estatuto regulamenta a respeito da produção de textos jornalísticos, quando se reportam a menores que possivelmente cometeram uma atividade inflacionária, como a utilização de certos tipos de termos quanto ao critério lexical, por exemplo. Tudo isso foi realizado para tentar dentro da nossa pesquisa estabelecer o impacto dos artigos do estatuto nos textos jornalísticos, eis o que configura o objetivo da pesquisa e, conseqüentemente, a metodologia adotada para alcançar tal objetivo.

Metodologicamente, a pesquisa teve como *corpus* de análise uma reportagem e uma notícia extraída de dois veículos de comunicação sendo jornais impressos, ambos de circulação estadual, a saber: Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba, ambos os impressos publicaram o caso na edição do dia 21 de fevereiro de 2013 sendo também destaque de capa.

Os conteúdos extraídos destes jornais dizem respeito ao fato de uma discussão entre dois adolescentes, dentro de uma escola municipal na cidade de Picuí, região do Seridó paraibano. O conflito entre os estudantes que se iniciou dentro da sala de aula e acabaram horas depois com a morte de um dos envolvidos motivado por uma “rixa”.

Para a análise de outro fato selecionamos duas reportagens extraídas de duas revistas com circulação a nível nacional, a Revista Veja na edição do dia 27 de Fevereiro de 2013, no caderno de Esportes e Revista Isto É na edição do dia 27 de Fevereiro de 2013, no caderno de Comportamento. Ambos deram destaque na capa de suas respectivas edições.

O fato que nos chamou a atenção e que funciona como conteúdo do *corpus* de análise deste trabalho é o caso do garoto de 14 anos atingido por um sinalizador quando assistia a uma partida entre o time do São Jose e o Corinthians na cidade de Oruro, localizado a oeste da Bolívia, lançado por torcedores corintianos, segundo as autoridades bolivianas a quem foi

atribuído a culpa a priori. Dias depois, um adolescente de 14 anos que estava entre os torcedores, de acordo com a versão do líder da torcida corintiana, assume a culpa pelo ocorrido, em que resultou na morte do adolescente boliviano. Até o momento da análise da pesquisa, os torcedores ainda aguardavam julgamento do caso na prisão em Oruro na Bolívia.

Os fatos em análise deste trabalho foram selecionados a partir do critério de repercussão em alcance estadual, para os jornais paraibanos e outro foram as revistas impressas de alcance nacional. Os veículos impressos foram representados de acordo com o grau de importância para a localidade que abrangem, com linhas editoriais opostas para um possível confronto de ideias e informações a respeito do tema. A matéria e as reportagens foram selecionadas com margem de um ano, selecionou-se a que apresentou maior repercussão e contribuição para nossa pesquisa e estudo do ECA.

CAPÍTULO I

DAS QUESTÕES TEÓRICAS

No jornalismo, o acontecimento que passa a ser notícia necessita da utilização de critérios da noticiabilidade. Assim, pactuam-se alguns parâmetros, chamados de noticiabilidade, para definir quais acontecimentos têm importância para publicação, a saber: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana. Além disso, Rosa e Cunha (1999) apontam que é necessário: clareza, precisão, objetividade, rapidez, cuja meta maior é a integração entre a instituição e seu público.

Traquina (2005, p. 63) define noticiabilidade¹

como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em material noticiável, e, por isso, possuindo valor-notícia. (TRAQUINA, 2005, p. 63)

Os valores-notícia regem as pautas dos jornais, orientam o processo de sua apuração

¹ É preciso não confundir noticiabilidade com notícia. O primeiro refere-se ao levantamento de critérios a respeito da relevância entre fatos (rotinas) e acontecimentos (eventualidades) sociais. O segundo refere-se a um dos gêneros jornalísticos.

pelo jornalista, determinam ordens de edição. O valor do texto jornalístico aumenta quando o repórter descobre um detalhe instigante na apuração. Deste modo, se a informação se adequar num maior número critérios, terá interesse ainda mais relevante para tornar-se notícia.

1. MÍDIA

O termo mídia passou a ser amplamente utilizado a partir da década de 90. Embora não encontremos uma definição consensual entre os pesquisadores do campo da comunicação, várias publicações conceituam a palavra mídia com a denotação de imprensa, veículo, meio de comunicação, jornalismo. E tal expressão, no latim, significa meios.

Existe uma íntima conexão entre comunicação e mídia, conforme define Lima (2004, p. 64):

o conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a mídia implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediada. Este é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da mídia são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada e padronizada de conteúdos. Concretamente, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa. (LIMA, 2004, p. 64)

O que é preciso deixar evidenciado é que o *corpus* de nossa pesquisa está no processo impresso da mídia/do jornalismo, ou seja, é um meio de comunicação de massa, também definido como imprensa que abrange o jornal impresso e a revista. Para que este aconteça é necessário que tenhamos a consciência das etapas que segue o processo midiático, isto quer dizer que devemos levar em consideração a fonte ou origem da mensagem, o canal ao qual ela está direcionada e o foco direcionado, para podermos, assim, entender alguns fenômenos a partir do papel que ela assume no contexto atual. Nosso interesse em estudar a mídia deve-se ao fato da interação dos acontecimentos, que passa a ser notícia.

As empresas tentam impor uma ordem no espaço, estendendo uma rede para *capturar* os acontecimentos. Elas utilizam três estratégias para cobrir o espaço. A primeira é a territorialidade geográfica. O mundo é dividido em áreas de responsabilidade territorial. A segunda é a especialização organizacional: as empresas colocam repórteres em certas

organizações que, do ponto de vista jornalístico, produzem acontecimentos noticiáveis; e a terceira estratégia usada pelas empresas jornalísticas é a especialização em termos de temas: são as seções específicas dos jornais, como: economia, esportes etc. A consequência fundamental da rede é impor uma ordem no mundo social (TUCHMAN, *apud* VIZEU 2012, p. 39-44).

Desse modo, os acontecimentos do nosso cotidiano são expressos através da mídia e com intenções que vão do profissional à empresa de comunicação que ele representa. “O que os textos da notícia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2003, p. 97).

Hoje, temos convicção de que se tornou imprescindível o uso da fotografia nos jornais impressos, visto que a imagem é o “cartão postal” do jornal, que o valoriza e o faz fonte de interesse do leitor, se a mesma detiver sua atenção.

Segundo Guran (1999), fotografar é efetivar uma noção prévia, é como se o fotógrafo tivesse de saber o que vai acontecer diante de todo o fato, o mesmo tem de concatenar as ideias, antes mesmo da produção escrita e, para isto, é necessário enfatizar que há elementos que contribuem para a produção da fotografia: a luz, a escolha do momento, o ângulo exato, o ajuste focal e o enquadramento e visão direcionado do autor da foto, quer dizer, o que ele quer mostrar com aquela imagem.

No fotojornalismo, mais do que em qualquer campo do fazer fotográfico, a escolha do momento é fundamental para a otimização do resultado. Portanto, fotografar é um ato pessoal e intransferível, resultante da imprescindível interação entre o fotógrafo e o conteúdo da cena abordada. (GURAN, 1999, p. 18)

À luz dessa perspectiva, “fotografar é reconhecer o fato em si e organizar rigorosamente as formas visuais percebidas para expressar o seu significado”. A função do fotojornalismo vai além de aparecer como ilustração da imprensa: ela vem com a função de incentivar o leitor a entender o fato. Normalmente estas imagens vêm com pequenas legendas que explicam o ocorrido de forma sucinta. Para ser importante, a imagem não precisa ser grande, no entanto, quando trata de acontecimentos de grande repercussão estas são colocadas em destaque, para que, assim, o leitor se sinta ainda mais “convidado” a conhecer, na íntegra, o que aquele meio está trazendo.

Sendo assim, combinar elementos da imagem é adequar o que vemos a critérios da geometria das formas, conjugando algo desordenado na paisagem ao ordenamento do registro, o equilíbrio entre o que percebemos e o que queremos um conceito dado ao objeto e o efeito obtido pela forma.

2. DA GAZETA AOS JORNAIS: O PAPEL DO JORNAL DIÁRIO

A concentração de veículos de comunicação nas mãos de poucos donos conspira contra o jornalismo de qualidade e é uma séria ameaça ao pluralismo de opinião. (NOBLAT, 2008, p. 22)

Não é de hoje que os interesses sociais, políticos e comerciais caminham de mãos dadas com a mídia. Até chegar ao que conhecemos como jornais impressos, as publicações deram os primeiros passos como manuscritos, na China por volta de 718 d.C. e final do século XV com a descoberta da prensa móvel, o que revolucionou o mundo com impressões de panfletos, cobrindo a área mercantil de Veneza, com o nome de Gazeta que fora bem aceito. A regularidade das notícias viera a acontecer por volta de 1650 com o *Einkommende Zeitungen (Notícias Recebidas)*, na Alemanha se tornando o primeiro jornal diário do mundo. A informação se propagou com uma rapidez impressionante, entretanto penalizavam os leitores pela má qualidade, ou seja, na elaboração das notícias via-se claramente a parcialidade do jornal, e ainda a ausência de objetividade, sem regras na diagramação.

Com o advento do telégrafo em 1844 as notícias que aconteciam pela manhã poderiam facilmente ser publicadas pela tarde, favorecendo a uma enxurrada de informações, denúncias e assuntos que poderia ser notícia tudo isso em tempo hábil. Pensando assim, o alemão *Otto Groth*, no início do século XIX, percebeu que para se tornar notícia, um fato teria que obedecer a certos critérios conhecidos com: atualidade, proximidade, universalidade, periodicidade e difusão, e foram ampliados com os autores *Johan Galtung e M. Ruge*, em 1965. Estes critérios ficaram conhecidos como valor-notícia ou critérios de noticiabilidade.

A partir de então, houve uma preocupação com a notícia e como ela deveria chegar ao leitor, com qualidade, simplicidade, sem influências. No pensamento de Medina (1992, p. 34) o fato “só é realmente notícia quando chega às pessoas para as quais tem um interesse noticioso”. O interesse noticioso introduziu nas redações brasileiras a técnica “*lead*”, palavra inglesa que significa guiar, conduzir e abasileirada como (lide), trazida dos Estados Unidos.

Por não ter uma técnica própria, seguiu-se por muito tempo o modelo francês de jornalismo com técnicas que se aproximava da literatura. O lide chega ao Brasil em 1951, inicialmente na redação do jornal Diário Carioca pelas mãos do jornalista Pompeu de Souza que modernizava as notícias com as perguntas básicas do lide. No entanto, o professor brasileiro João de Deus considera que são nove as perguntas essenciais na matéria, a saber: Quem fez? O que? A quem? Quando? Por quê? Para que? Onde? Como? Com que desdobramentos? Esse método permitiu uma melhor organização e construção tanto pelos profissionais da imprensa, quanto pela leitura de modo que facilita a compreensão do fato abordado. O lide apresenta diversas variações estilísticas, todavia a mais usual é a clássica, por trazer as informações essenciais sem uma necessidade em hierarquizar os dados, o que diferencia da pirâmide invertida que exige destacar a notícia no início do texto, ou seja, no lead e fornecer os pormenores ou fatos menos importantes no corpo do texto, porém ambos interligados.

Com o mesmo propósito do lide, destacamos a técnica da pirâmide invertida, desenvolvida e utilizada nas primeiras páginas do jornal americano *The New York Times* em abril de 1861. Esta estrutura de elaboração de notícia segue a partir do lide, onde os fatos restantes são descritos na ordem decrescente de importância, localizando-se na base o que é noticiosamente importante e no topo os assuntos menos relevantes. A estrutura é seguida pela construção por blocos, que são parágrafos independentes com informações autônomas, mas todos têm uma relação com o tema central. O leitor que desistir da leitura em algum ponto do texto perderá a informação, mas não a compreensão total do texto.

Nenhuma matéria teria fundamental importância, sem um “cartão de visita”, no caso o título. Este encabeça esteticamente páginas extensas e equilibrando-as graficamente. Nesse momento de elaboração, um truque bastante usado é criar o título ao final da produção textual, captando assim a essência do tema abordado, em tamanho de corpo menor e destaque, iniciando a primeira letra em caixa alta, as demais pode se aplicar em caixa baixa, porém não excedendo 2 linhas, salvo nas chamadas de capa.

Com todo o crescimento dos impressos, o profissionalismo dos jornais ganhou força com o surgimento da imprensa industrial, atrelado a criação do *Diário de Notícias*, em Portugal por volta de 1964. Antes disso, os periódicos eram infestados de pessoas que se intitulavam “intelectuais do jornalismo”, corrigindo isso houve uma plena estruturação das instituições midiáticas como o jornal, rádio, TV e, recentemente, a internet. Seguindo este novo momento organizaram-se os gêneros jornalísticos: em notícia, reportagem, entrevista, editorial, crítica entre outros, acompanhando a tendência mundial.

Há uma predominância pelo gênero notícia nos jornais impresso diária e a reportagem durante os domingos, não pelo trabalho de apuração e aprofundamento, mas pelo ritmo das informações que acontecem diariamente, mas não quer dizer que seja regra. É importante salientar que a notícia e a reportagem assumem seus papéis, informando de acordo com a necessidade do acontecimento e dos leitores. O Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo distingue os gêneros notícia e reportagem dessa forma: a notícia descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências. Já a reportagem parte da notícia, desenvolvendo-a numa sequência investigativa. Apura as origens do fato, razões e efeitos.

Pelo aprofundamento ao detalhar os fatos é possível observar que a reportagem diferencia-se da notícia, porém Bahia (1990, p. 49) menciona que toda reportagem é notícia e o inverso não. Quanto aos outros gêneros traduzem como opinativos: a Crônica, Editorial, Errata, Charge, que assumem a opinião dos jornalistas ou colaboradores e requer conhecimento sobre o assunto abordado, as Cartas ao Leitor são de autoria do público e publica-se dependendo do conteúdo da crítica, opinião ou sugestão. Cada gênero tem sua peculiaridade e sua importância na composição das páginas, por ser um produto genérico que atrai leitores de opiniões divergentes.

Mas para chegar às mãos dos leitores devem-se cumprir alguns requisitos básicos como a atualidade, a universalidade, a publicidade e a periodicidade, como defende o jornalista e pesquisador de mídia *Otto Groth*. A atualidade diz respeito à relação do fato com o momento presente, bem como o interesse dos jornalistas por fatos do presente. Relaciona-se a universalidade a partir da variedade temática que o jornalismo alcança. A periodicidade menciona que as edições jornalísticas dos veículos tendem a se repetir regularmente ao longo dos tempos. Já a publicidade é a circulação dos periódicos por todas as camadas sociais. As leis de *Groth*, pesquisadas na década de 30, ainda permanecem atuais e fundamentais para compreender as novas formas de jornalismo.

É preciso reconhecer que o papel do jornal diário ainda precisa se aproximar mais da sociedade, de funcionar não apenas como transmissor de conteúdo, mas provocar e dar vez e voz ao cidadão, democratizando assim a informação. Entender que as novas plataformas como twitter, blogs, redes sociais etc., é suporte para propagação de conteúdo e importante termômetro de pensamento crítico e não mecanismo de confronto por espaço.

O leitor é fundamental para os jornais, mais que o jornal para o leitor, e a mídia se traduz como a interlocução entre a nação e o estado, além de agente participativo e parceiro da informação de qualidade e profissional.

3. REVISTAS IMPRESSAS: DOIS SÉCULOS DE HISTÓRIA

Para chegar até ao padrão estrutural e visual que conhecemos atualmente a história das revistas impressas assemelharam com os jornais impressos, pelo papel que desempenham na sociedade até hoje. As revistas segundo, Scalzo (2006, p. 19), surgiram por volta de 1663 na Alemanha a partir de um formato de livro em que se assemelhava com o nome de *Erbauliche Monats-Unterredungen* (Edificantes Discussões Mensais). A partir de então a proposta inovadora e atraente se disseminou pela Europa, sendo ao logo dos anos aprimorada em melhorada. Entretanto, a partir de 1731, os londrinos lançaram a revista semelhante ao formato ao que conhecemos hoje em dia. A produção da *The Gentleman's Magazine* teve foi inspirada nas antigas lojas de magazine européias, que eram lojas que vendiam de tudo de uma forma simples e agradável.

Em 1812, o desembarque da corte portuguesa em terras brasileiras proporcionou a popularização dos jornais impressos com informações sobre a corte porém circulante apenas entre as classes sociais do país. A gráfica da corte como explica Scalzo (2006, p. 27) impulsionou, em 1812, a publicação da revista *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, em Salvador. A partir de então, a colônia foi dominada pelos mais diversificados assuntos. Contudo, a curta duração atrapalhou o processo de popularização destes materiais, afetada pelo baixo número de assinantes assíduos ou de recursos que o sustentava.

O progresso ocorrera pós 1837 com o lançamento do *Museu Universal* que, ainda segundo Scalzo (2006, p. 28) seguiu o formato dos magazines europeus atrelados a evolução das produções gráficas e a crescente alfabetização no país. Após 1968, com o surgimento da revista *Veja*, pela Editora Abril, marcou-se o processo da segmentação, até então inexistente no país, fator importante para a revista dominar o mercado brasileiro, segundo Corrêa (2008).

As publicações evoluíram muito e ainda continua esse processo. Porém, a crise na imprensa, como elucida Scalzo (2006, p. 43), tem levado as revistas atualmente a repensar novas formas para se manter no mercado diante a concorrência entre outras mídias. O faturamento vindo de publicidade vem diminuindo atrelado ao desinteresse do leitor e a perda do poder de compra, levando as mídias a buscarem novas opções para estancar a crise.

As revistas têm apostado no entretenimento. Temas relacionados à televisão e a celebridades têm sido bem aceito e atendido aos anseios do leitor. Atrelado a isso uma boa reportagem com assuntos em profundidade e peculiaridades dos famosos. Buscar a qualidade entendendo o leitor a quem se refere, escrevendo para entender e entreter com clareza, exatidão e emoção.

Outra receita de uma boa revista é trazer informações inéditas ou com ângulos diferentes dos abordados por outras mídias, como estratégia de contornar o atraso nas edições, já que ocorrem semanalmente ou mensalmente diversificando de forma moderada os assuntos sem perder o foco principal, que é o público segmentado.

Ter boas fotografias em mãos representa uma boa parte de sucesso na publicação: é o primeiro contato do leitor e o levará a comprar ou não aquela edição. Scalzo (2006) menciona que, hoje em dia, os fotógrafos especializados e *freelancer's* têm dominado o mercado, por se adequarem melhor as publicações. Não adianta ter fotos que não se adéquem a reportagem, ou que não represente a realidade social ou profissional que cobre jogos de futebol e encarar um estúdio. Um bom ângulo pode representar o sucesso para o profissional que vive cercado de inúmeras informações visuais e concorrentes de peso.

A relação entre a revista e a publicidade tem levado a um desgaste crítico nos últimos anos. Como demonstra Scalzo (2006, p. 43), “é inegável o impacto dos anunciantes, na receita dos impressos contribuindo assim um melhor desempenho no jornalismo”. Assim, como um casamento, esta relação tem atritos com o tempo, isso porque na busca de interesses os anunciantes perseguem uma melhor lucratividade, tentam impor os melhores locais para seus produtos. Do outro lado, os jornalistas tentam impedir publicações que descaracterizem ou prejudiquem o conteúdo e a qualidade editorial na disputa por espaço. Adequar a reportagem a anúncios não é tarefa fácil, mas é necessária à saúde das revistas.

É dessa forma que a revista impressa tem desempenhado e desempenha seu papel na sociedade durante séculos, fiscalizando, investigando e informando com ética e responsabilidade. Todavia, os profissionais que atuam neste segmento têm o dever de buscar o compromisso estreitamente com o leitor, com ética e qualidade social.

4. MECANISMOS DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O ECA EM FOCO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi elaborado a partir do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, onde prevêm que crianças sejam consideradas sujeitos de direitos “em condição especial de desenvolvimento” sendo prioridade absoluta dos governos (VOLPI, 2002).

Para melhor compreensão do leitor, o estatuto foi dividido em dois livros, sendo o primeiro para tratar dos direitos fundamentais dos menores como pessoas em desenvolvimento e o segundo para tratar dos órgãos e procedimentos de proteção, e ainda encontram-se os livros

de adoção, aplicação de medidas socioeducativas do conselho tutelar e também dos crimes cometidos contra a criança e o adolescente.

Essa cobertura da mídia referente ao tema criança e adolescente tem sido objeto de estudo e também preocupação por parte da sociedade. Percebemos o interesse em cumprir as regras definidas, mas observa-se espetacularização dos mesmos afetando a representação desses sujeitos durante atos inflacionais, e isto é feito de modo “mascarado”, pois à medida que apresentam discursos reduzidos de contextualização, abrem precedentes para equívocos e preconceitos. Sabemos que existe uma linha editorial a ser seguida, no entanto percebemos a intenção de deter o interesse do leitor, mediante a sua visão jornalística e assim corroborar para os números necessários ao bom funcionamento da mídia e distorcendo os fatos.

De acordo com Silva (2001, p. 171), a cobertura que a mídia tem realizado sobre a temática e situação da criança e do adolescente tem sido objeto de várias mensagens recebidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

A regulamentação legal dos direitos da criança e do adolescente, após a promulgação da Constituição em 1988, foi observada pela sociedade como um progresso na proteção das crianças e dos adolescentes de nosso país. Determinada constitucionalmente sob a lei 8.069 de 13 de julho de 1990, estabelecida pela constituição (C. F. 1888, p. 37). Condiciona a criança de até doze anos incompletos e adolescentes na faixa entre doze e dezoito anos de idade, a proteção de todos os direitos fundamentais a pessoa humana, com proteção integral.

Esse estatuto, também conhecido como ECA, foi aprovado por meio de um movimento popular que resultou na recolha de mais de seis milhões de assinaturas, para garantir a criação do estatuto. O artigo estabelece que “é dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL/ECA, 2001, p. 09). Dividido em duas partes, como mencionado anteriormente a primeira parte trata da proteção dos direitos fundamentais à pessoa em desenvolvimento e a segunda dos órgãos e procedimentos de proteção, estabelecendo punições para atos de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A melhora organizacional foi bastante expressiva, principalmente por ser regida pelo código específico aos pequenos cidadãos, isso porque antes a constituição era regida pelo

código de menores. Além de não haver diferenciação entre criança e adolescente, o código protegia apenas crianças abandonadas, expostos, carentes ou praticantes de atos infracionais, determinando ações de assistência, proteção e vigilância, levando a responsabilidade apenas a justiça baseado na lei vigente.

Em junho deste ano, o estatuto completou 23 anos de existência com avanços importantes nos indicadores sociais brasileiros. Exemplo disso é a taxa de mortalidade infantil que teve uma redução de 57% segundo a Rede Integrada de Informações para a Saúde (RISPA). Na educação, com aprovação e efetivação do Fundo da Educação Básica (FUNDEB), a ampliação de recursos e o acesso ao ensino público pelo governo.

Avanços também aconteceram por meio do disque 100. O serviço integrado ao Ministério Público possibilitou que a população denunciasse violações dos direitos da criança e do adolescente. Apenas nos quatro primeiros meses de 2012 foram mais de 34.000 denúncias, segundo o disque Direitos Humanos. Conquistas foram observadas na redução do trabalho infantil, regulamentação de medidas socioeducativas, qualificação do trabalho do aprendiz, entre tantas outras ações.

No entanto, há ainda muitos desafios a serem combatidos, como a exploração do trabalho infantil que atinge 4,2 milhões de crianças e adolescentes, segundo o a Organização Internacional do Trabalho. Além disso, dados do Governo Federal mostram que 19,3 de cada mil crianças nascidas vivas morrem antes de completar o primeiro ano. O país ainda precisa combater a violência doméstica, evasão escolar e o abandono de crianças em vulnerabilidade às drogas, à prostituição e ao crime organizado.

O aumento na taxa de homicídios, conforme o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) atinge 46% nas causas de mortes na faixa de 12 a 18 anos. Dentre esse índice, os adolescentes negros têm quase três vezes mais chances de morte por assassinato que os adolescentes brancos, segundo o Fundo para as Nações Unidas (UNICEF).

Questões pertinentes ainda persistem na sociedade, necessitando que haja um grau maior de diálogo e articulação entre diferentes organismos da sociedade civil, cobrando, fiscalizando e aplicando ações firmes, com a finalidade de combater a violência física, a violência sexual e a violência psicológica.

Ações enérgicas precisam ser enfrentadas diante a uma violência recente, mas comum e crescente entre as crianças. A prática do *bullying* merece atenção por conter agressões verbais e/ou físicas, desencadeando em pouco tempo atitudes psicológicas retrativas e agressivas em seu convívio social. Exemplo desta problemática aconteceu em uma escola municipal da zona oeste do Rio de Janeiro em abril de 2011, quando um ex-aluno invadiu e

abriu fogo contra alunos em sala de aula lotada, ao ser atingido por um policial, em seguida se suicidou. O caso ficou conhecido como a tragédia de Realengo. Após o incidente, um vídeo foi encontrado pela polícia, comprovando que o *bullying* sofrido pelo jovem foi a principal causa pelo massacre em aquele bairro carioca. A tragédia levantou a polêmica sobre o despreparo nas escolas brasileiras para lidar com o assunto, sobretudo os pais dos alunos que têm papel preponderante na educação. O tratamento do *bullying* envolve as vítimas, bem como os agressores e a prática pode ocasionar em punições segundo o artigo 70 do ECA.

No entanto, o estatuto apresenta controvérsias e virou alvo de debate público sobre a eficácia das leis consistentes nos artigos pela dualidade que apresentam. A falta de conhecimento ou acesso ao material leva a população a motivar-se pela emoção do que, às vezes, pela razão. Na ótica de parte da sociedade civil, as medidas deveriam proteger e educar as crianças e os adolescentes, e na prática, acaba relegando-os a nenhum tipo de repreensão ou mesmo educação, o que estampa a imagem de um estatuto paternalista.

Se favorecendo das leis, grupos criminosos têm se utilizado de adolescentes para a prática de delitos, já que no caso de ocorrer prisões, os adolescentes inocentam o grupo que o acompanha se valendo dos artigos que minimizam de punições severas.

Atitudes como esta abre discussão acerca da redução da maioridade penal, bem como a adoção de tratamentos mais severos em casos de infrações graves. Com as mudanças no Código Penal Brasileiro, o estatuto menciona que menores de 18 anos que cometem infrações graves estão sujeitos a medidas socioeducativas, classificando a pena de acordo com a gravidade do delito, com o objetivo de reintegrá-lo ao convívio familiar e comunitário. Seis tipos de medidas compõem o artigo 112, que são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, implicando na privação de liberdade, que pode durar em até três anos.

Vale salientar que dados do instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção e Tratamento do delinquente (ILAND) apontam que os crimes realizados por adolescentes infratores não atingem 10% dos crimes no país e todos os atos infracionais, somente 8% equiparam-se a crimes contra a vida. Sendo assim, a redução penal é apenas uma forma de minimizar os efeitos da criminalidade e não de acabar.

Em sua atribuição geral, o estatuto determina que a responsabilidade pela proteção à criança e ao adolescente é do Estado, da sociedade e da família, além disso, são inimputáveis por serem seres humanos em desenvolvimento, necessitam de atenção e legislação especial. O que se tem notado é que estas entidades governamentais têm sido falhas em suas atribuições

legais. Não são raros os casos de crianças abandonadas, morando nas ruas ou deixadas em casa e sozinhas por um período de tempo prolongado.

É importante salientar que o estatuto determina direito e deveres para crianças e os adolescentes acolhidos pelas normas e a sociedade como vigilante na aplicação das leis. Por exemplo, na elaboração dos deveres visto no art. 22 e 23, respectivamente, determina-se que os pais sustentem e eduquem os filhos com menos de 18 anos, e na falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo para a perda ou suspensão do pátrio poder. Sob esta lógica, se os pais se encontram em dificuldades financeiras para cuidar de seus filhos, caberá ao Estado prestar assistência total à família.

Na parte que assegura a educação básica menciona-se que é obrigação do poder público oferecer um ensino gratuito, de qualidade e próximo à residência, bem como aos pais a responsabilidade em matricular e acompanhar o desenvolvimento durante sua vida escolar, como prevê o artigo 54 do ECA. Para a criança, cabe o dever de cumprir as regras e normas, obedecendo aos pais e professores, praticar bons costumes, frequentar e preservar os espaços públicos, respeitando as pessoas e convivendo em harmonia, independente da cor, raça, religião, sexo ou classe social.

Acreditamos no engajamento e empenho de todos os setores da sociedade na efetivação dos direitos que compõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que somando forças, as conquistas se ampliem e esclareça a proteção e o crescimento digno destes pequenos cidadãos que configuram grande parte da população brasileira.

CAPÍTULO II

A REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA MÍDIA IMPRESSA

Ao longo dos tempos, confirmamos que ocorreram diversas mudanças na formação conceitual da criança e adolescente. Desse modo, se faz necessária uma análise histórica e sociocultural desse sujeito, já que o mesmo é ponto fundamental em nosso trabalho.

Para que possamos compreender melhor qual papel desenvolve a criança em nossa sociedade é relevante que entendamos que até chegar a visão que hoje temos de criança, esta sofreu diversas mudanças. Desde séculos passados, onde a visão dada a ela era a de um adulto em miniatura, quer dizer tratada como alguém capaz de concernir das mesmas ideias dos adultos de modo sensato e consciente. Foram realizados diversos estudos até chegar a um

consenso de que a criança não passa da condição de aprendiz dos adultos, por se tratar de um ser em desenvolvimento, com condições distintas e competências limitadas por sua condição de desenvolvimento físico e psicológico.

O que percebemos nos dias atuais é que essa falsa ideia está longe de ser abolida, pois a criança é vista como alguém que aprende aquilo que os pais e mestres ensinam e assim são tratadas como pequenas coisas, que aos poucos são “podados”, preparadas para vida, quando na realidade deveriam ser vistas de outra forma, como apresentadas a sociedade como “o futuro da nação”. E é neste momento que a mídia apresenta papel fundamental, desempenhando-o de modo denunciativo e fiscalizador.

É notório o aumento de matérias nos jornais envolvendo crianças e adolescentes. No entanto, é necessário avaliarmos que a própria mídia realiza uma prática contínua que legitima o papel social apresentado pela criança e pelo adolescente na mídia. Faz importante esclarecer que nossa intenção não é observar essa representação em relação aos aspectos negativos, mas analisar como a mídia expõe a criança e o adolescente.

Observamos com clareza que a construção do conceito da criança e do adolescente apresentada pelo jornal é de responsabilizá-lo por seus atos, e assim a mídia constrói uma anuência na sociedade em relação a essa responsabilidade. De modo geral, a mídia usa o senso comum para formar uma atitude de valor, e isto não é feito de forma gratuita, lembrando sempre que por trás de um texto existe a visão da empresa que o representa, o discurso jornalístico é consentido através das fontes, sob forma de respaldar tanto o jornalista como a empresa que ele representa.

No contexto do jornalismo, partindo-se da premissa de que o fato em si é inapreensível em função inclusive do distanciamento entre a realidade, sua narrativa e a recepção em outro contexto, o argumento da objetividade informativa é insustentável. Um dos equívocos da produção jornalística é pressupor a evidência da verdade e da exposição da totalidade dos fatos. (COSTA, 2002, p. 130)

Foi no século XX que os governos criaram o Primeiro Código de Menores, tal termo “menor” eram direcionadas a crianças pobres e excluídas, àquelas crianças e adolescentes sem referências familiares ou que estivessem em conflito com a lei. Hoje este ainda é utilizado quando mencionam o Código de Menores. Já no ano de 1990 instituiu-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerado de grande importância para defesa e proteção da infância em nosso país. E é a partir deste que as crianças passam a ser tratadas como sujeitos

de direitos. A seguir, apresentamos as matérias jornalísticas que se constituem como *corpus* de análise desta pesquisa.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA

Aluno mata colega na sala de aula

Crime, que aconteceu na cidade de Picuí após briga por causa da namorada da vítima, teria sido premeditado

**DANIEL MOTTA
E FELIPE MACÊDO**

Campina Grande-

Um estudante de 15 anos foi apreendido ontem à tarde, na cidade de Picuí, no Curimataú paraibano, acusado de assassinar o colega de turma, dentro da sala de aula de uma escola do município. O crime aconteceu por volta das 15h30 e teria sido motivado por uma briga dos dois por causa da namorada da vítima. Erick Wesley Cardoso, 14, foi morto com um golpe de punhal no peito. A polícia acredita que o crime tenha sido premeditado. Após o homicídio, uma multidão tentou invadir a escola para linchar o adolescente e a Polícia precisou montar um esquema de segurança para retirar o garoto da instituição. O estudante foi levado para cidade de Barra de Santa Rosa.

O homicídio aconteceu na Escola Estadual Felipe Tiago Gomes e de acordo com o delegado Durval Barros, testemunhas contaram que os

dois adolescentes tinham uma rixa antiga. “Disseram que o a vítima tinha ciúmes da namorada com o garoto acusado. Então, eles não se davam bem e ontem discutiram dentro da sala de aula, diante dos outros colegas e em após trocaram agressões físicas, o adolescente de 15 anos teria desferido o golpe de punhal contra o colega de classe”, explicou.

Socorristas do Serviço de Atendimento Móvel e de Urgência (Samu) informaram que o golpe teria perfurado um dos pulmões da vítima. Eles ainda tentaram reanimá-lo fazendo massagem cardiopulmonar, mas ele morreu após uma hora.

Quando a Polícia chegou à escola, moradores da região, já estavam tentando invadir o local para linchar o garoto. “Tivemos que pedir reforço policial, envolvendo polícia civil e militar e depois que controlamos a multidão, retiramos o acusado da escola e levamos para Barra de Santa Rosa, para garantir a integridade física dele,

porque as pessoas estavam muito revoltadas”, disse.

Segundo o radialista Adilson Dias, a polícia temia que a população matasse o estudante. “Picuí já tem esse histórico porque uma vez, a população invadiu a delegacia e matou um preso e agora a polícia temia que a situação se repetisse. Todo mundo imaginava que aquelas pessoas que estavam no local iriam conseguir invadir a escola e espancar o acusado até a morte, mas a polícia conseguiu controlar os ânimos e tirar o menino de lá. Até o começo da noite não tinham aparecido parentes nem da vítima e nem do acusado”, disse.

O delegado autuou o adolescente por ato infracional semelhante a crime de homicídio. Ele será encaminhado para o abrigo Lar do Garoto, em Lagoa Seca. “Acredito que esse menino tenha premeditado a morte do outro, pelo fato de ele ter ido armado para escola. Tudo isso será esclarecido ao longo das investigações”, revelou.

A REPORTAGEM - A violência inserida nas páginas do jornal Correio da Paraíba publicada no dia 21 de Fevereiro de 2013 aconteceu no município de Picuí – PB: cidade localizada na região da Borborema a 250 km da capital, com aproximadamente 19 mil habitantes. O município teve sua tranquilidade abalada pelo homicídio do adolescente Eric Wesley Cardoso, de 14 anos, dentro de uma escola municipal. O acusado pelo crime era um colega de classe de apenas 15 anos que desferiu um golpe de punhal no peito da vítima, levando a mesma a óbito. Uma rixa antiga foi o motivo do crime. Após o ocorrido a população tenta invadir a escola para linchar o acusado do assassinato, porém a polícia intervém no caso garantindo a proteção com segurança.

A ESTRUTURA - A presente reportagem optou por uma linha mais detalhada, a respeito do fato contendo diversos agentes que participaram no acontecimento, ou seja, testemunhas diretas e indiretas, apresentando versões diversificadas sobre o ocorrido traçando assim o perfil do acusado e da vítima. A reportagem trabalhou o detalhamento das informações com o título e subtítulo com a introdução de informações detalhadas a respeito do caso noticiado. O fato noticioso teve um destaque como de interesse público, sendo apresentado na edição de capa, entretanto o jornal Correio também optou por não publicar a reportagem com a presença de fotos do acusado (*ver anexos pagina 54*).

O VEÍCULO DE INFORMAÇÃO - O Correio da Paraíba foi fundado pelo deputado Teotônio Neto em 05 de agosto de 1953. O diário impresso este ano completou 60 anos de existência. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), o jornal Correio chegou a obter 74% do total de exemplares vendidos na Paraíba. Seu primeiro diretor e fundador foi o jornalista Afonso Pereira. Atualmente, o jornal Correio faz parte do Sistema Correio de Comunicação, veículo com ampla cobertura no estado constando com emissoras de rádio e portal de internet. O grupo tem como proprietário o empresário Roberto Cavalcanti que foi ex-senador em 2009, na época suplente do Senador e ex-governador do estado o Sr. José Targino Maranhão.

O jornal circula diariamente composto de doze editorias: Opinião, Política, Últimas, Economia, Cidades, Esportes, Ciência, Tecnologia, Cultura, Últimas, Brasil e Mundo, estando sediado na capital João Pessoa e com sucursal em Campina Grande.

A seguir apresentamos outro texto jornalístico com linha editorial concorrente e oposicionista para confrontar as opiniões que seguem as reportagem.

COM PUNHALADAS

Adolescente mata colega na escola

Tatiana Brandão

Um crime brutal chocou os moradores da cidade de Picuí, no Curimataú da Paraíba. No final da tarde de ontem, o adolescente Eric Wesley Cardoso, de 14 anos, foi assassinado a golpes de punhal por um colega. O crime aconteceu dentro de uma sala de aula da Escola Estadual Felipe Tiago Gomes, onde os garotos estudavam.

O acusado, de 15 anos, foi apreendido em flagrante e levado para a delegacia local. Em depoimento ao delegado Durval Barros, ele disse que tinha uma rixa antiga com Eric, mas negou que o crime tenha sido premeditado. Segundo informações da polícia, eles tiveram

Menino de 15 anos é suspeito de matar estudante de 14 anos dentro de uma sala de aula

uma discussão de momento e, irritado, o adolescente sacou um punhal com o qual andava no bolso e golpeou Eric várias vezes.

Revoltada com a violência cometida pelo adolescente, a população de Picuí tentou invadir a delegacia para linchar o acusado. Por questões de segurança, o acusado foi transferido para o Lar do Garoto, em Lagoa Seca, no início da noite de ontem. A mãe do acusado, que não teve seu nome revelado, disse à polícia que os dois tinham problemas um com o outro devido a uma ex-namorada, mas não soube informar se a briga da tarde de ontem foi motivada por isso.

O corpo de Eric foi encaminhado para o Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (Numol) de Campina Grande para autópsia. Familiares da vítima, que pediram para não ser identificados, se disseram chocados com o crime, que mobilizou toda a população local e deixou abalados os alunos da escola que testemunharam o crime. O enterro de Eric deve acontecer na tarde de hoje. As aulas na escola foram suspensas.